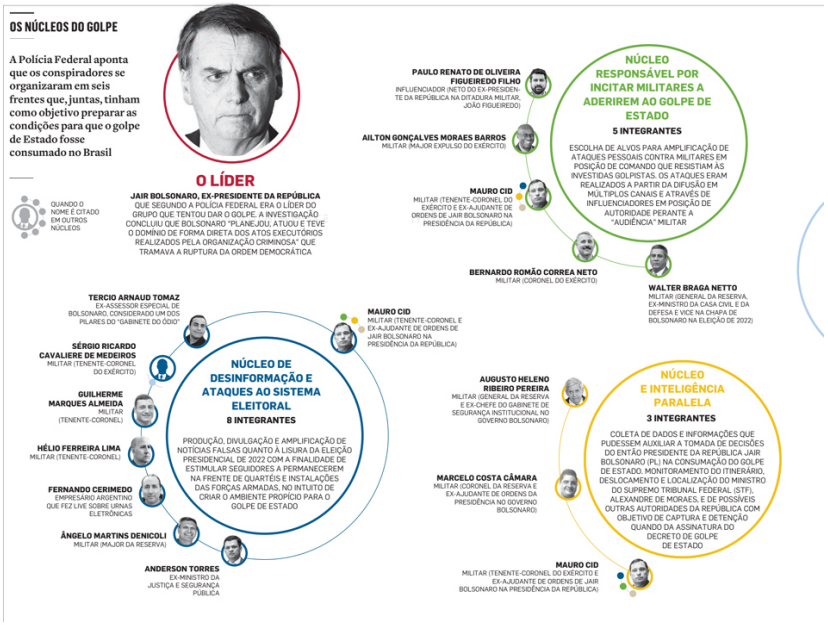
O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 27/11/2024 - 06:00

PT conclui que Bolsonaro 'planejou, atuou e teve o domínio' do golpe



Inquérito do golpe

PF: Bolsonaro 'planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva'

Relatório final de investigação que envolve operações Tempus Veritatis e Contragolpe diz que ruptura não se consumou por 'circunstâncias alheias à vontade' do ex-presidente

A Polícia Federal (PF) concluiu no relatório final da investigação sobre uma tentativa de ruptura institucional durante o governo Jair Bolsonaro que ficou demonstrado, "de forma inequívoca", que o ex-presidente "planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva dos atos executórios realizados pela organização criminosa que objetivava a concretização de um golpe de Estado e da abolição do estado democrático de direito". Segundo os investigadores, o golpe não se consumou em razão de "circunstâncias alheias à vontade" de Bolsonaro.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem à Procuradoria-Geral da República (PGR) o relatório de 884 páginas em que a PF enquadrou o ex-presidente e mais 36 investigados, entre ex-ministros, assessores, aliados e militares de alta patente. Moraes determinou o fim do sigilo do inquérito que envolve as operações Tempus Veritatis e Contragolpe – que relata, inclusive, um plano de assassinato, no fim de 2022, do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, de seu vice Geraldo Alckmin e do próprio ministro do STF.

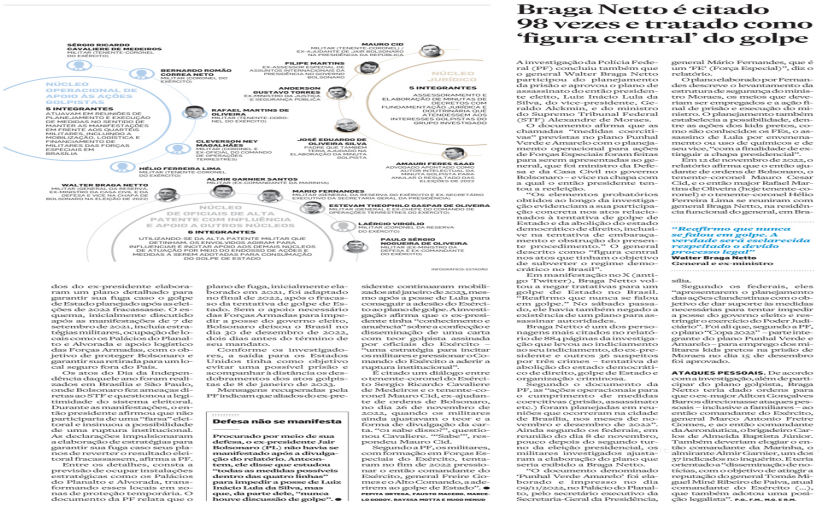
Segundo o inquérito, a organização criminosa ligada a Bolsonaro "criou, desenvolveu e disseminou", desde 2019, uma narrativa inverídica de fraude às urnas para "sedimentar na população a falsa realidade de fraude eleitoral para posteriormente a narrativa atingir dois objetivos". Inicialmente, "não ser interpretada como um possível ato casuístico em caso de derrota eleitoral". "E, segundo e mais relevante, ser utilizada como fundamento para os atos que se sucederam após a derrota do então candidato Jair Bolsonaro no pleito de 2022."

A PF crava que Bolsonaro, com apoio de um núcleo jurídico, elaborou um decreto que previa uma ruptura institucional, "impedindo a posse do governo legitimamente eleito, estabelecendo a decretação do Estado de Defesa no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral". O documento cita ainda a criação da Comissão de Regularidade Eleitoral para apurar a "conformidade e legalidade do processo eleitoral".

FUNDAMENTO. Para o grupo liderado por Bolsonaro, diz a PF no documento, a assinatura do decreto serviria como base legal e fundamento jurídico para o golpe de Estado. "Há também nos autos relevantes e robustos elementos de prova que demonstram que o planejamento e o andamento dos atos eram reportados a Jair Bolsonaro, diretamente ou por intermédio de Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro)", sustenta a investigação policial.

"Evidências colhidas, tais como os registros de entrada e saída de visitantes do Palácio do Alvorada, conteúdo de diálogos entre interlocutores de seu núcleo próximo, análise de ERBs (*torres de celular*), datas e locais de reuniões, indicam que Jair Bolsonaro tinha pleno conhecimento do planejamento operacional (Punhal Verde e Amarelo – que previa o assassinado de Lula, de seu vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre Moraes), bem como das ações clandestinas praticadas sob o codinome Copa 2022 (ação clandestina que previa a prisão/execução de Moraes)."

FUGA. De acordo com a PF, alia-



Braga Netto é citado 98 vezes e tratado como 'figura central' do golpe

A investigação da Polícia Federal (PF) concluiu também que o general Walter Braga Netto participou do planejamento da prisão e aprovou o plano de assassinato do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do seu vice, Geraldo Alckmin, e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

O documento afirma que as chamadas "medidas coercitivas" previstas no plano Punhal Verde e Amarelo – documento operacional para ações de Forças Especiais foram feitas para serem apresentadas ao general, que foi ministro da Defesa e da Casa Civil de Jair Bolsonaro – e vice na chapa com a qual o então presidente tentou a reeleição.

"Os elementos probatórios obtidos ao longo da investigação evidenciam a sua participação concreta nos atos relacionados à tentativa de golpe de Estado e da abolição do estado democrático de direito, incluindo na tentativa de embaraçar o curso do processo eleitoral e de procedimento." O general descrito como "figura central nos atos que tinham o objetivo de subverter o regime democrático".

Em manifestação no X (antigo Twitter), Braga Netto voltou a negar tratativas para um golpe de Estado no Brasil. Ao dizer que "nunca participei em golpe." No sábado passado, ele havia também negado a existência de um plano para assassinar autoridades.

Segundo a PF, as ações pessoais e organizacionais (prisão, assassinato etc.) foram planejadas em reuniões que ocorreram na cidade de Brasília, nos meses de novembro e dezembro de 2022. Ainda segundo os federais, em reunião do dia 8 de novembro, pouco depois do segundo turno da eleição presidencial, os militares investigados ajustaram a elaboração do plano que se tornaria o Punhal Verde e Amarelo.

"O documento denominado 'Punhal Verde Amarelo' foi elaborado e impresso no dia 09/11/2022, no Palácio do Planalto, pelo secretário executivo da Secretaria Geral da Presidência, general Mário Fernandes, que é um 'PE' (Força Especial)", diz o relatório.

O plano elaborado por Fernandes descreve o levantamento da estrutura de segurança do ministro Moraes, os meios que deveriam ser empregados na operação de prisão e execução do ministro. O planejamento também estabelecia a possibilidade, dentre as ações dos kids pretos, como são conhecidos os FEs, o assassino de Lula por envenenamento, "com a finalidade de eliminar a chapa presidencial".

Em 14 de novembro de 2022, o relatório afirma que o então ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cesar Cid, e o então major Rafael Martins de Oliveira (hoje tenente-coronel) e o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima se reuniram com general Braga Netto, na residência funcional do general, em Brasília.

> *"Reafirmo que nunca participei em golpe. A verdade será esclarecida respeitado o devido processo legal"*
> **Walter Braga Netto**
> **General e ex-ministro**

Segundo os federais, eles "apresentaram o planejamento operacional do plano golpista, objetivo de dar suporte às medidas necessárias para tentar impedir a posse do governo eleito e restringir o exercício do Poder Judiciário". Ainda segundo o plano "Copa 2022", parte integrante do plano Punhal Verde e Amarelo – para engajar dos militares kids pretos na prisão de Moraes no dia 15 de dezembro foi aprovado.

ATAQUES PESSOAIS. De acordo com a investigação, além de participar do plano golpista, Braga Netto teria dado ordens para ataques pessoais a militares. Barros direcionou ataques pessoais – inclusive a familiares – ao então comandante do Exército, general Marco Antonio Freire Gomes e ao brigadeiro da Aeronáutica, o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior. Também deveriam cegar o então comandante da Marinha, o almirante Almir Garnier, um dos 37 indiciados no inquérito. E teria ainda ordenado ataques a militares, com o objetivo de atingir a reputação do general Tomás Miguel Miné Ribeiro de Paiva, atual comandante do Exército (...), que também adotou uma posição legalista". F.G., F.M., M.A. E S.P.A.

dos do ex-presidente elaboraram um plano detalhado para manter Bolsonaro no poder, de Estado planejado após as eleições de 2022 fracassasse. O esquema, inicialmente discutido após as manifestações de 7 de setembro de 2021, previa táticas militares, ocupação de locais como os Palácios do Planalto e Alvorada e apoio logístico das Forças Armadas, com o objetivo de proteger Bolsonaro e garantir sua retirada para um local seguro, fora do país.

Os atos do Dia da Independência daquele ano foram realizados em Brasília e São Paulo, onde Bolsonaro fez ameaças diretas a ministros do STF e à lisura do sistema eleitoral. Durante as manifestações, o então presidente afirmou que não participaria de uma "farsa" eleitoral e que "ou o povo se faz ou vai haver uma ruptura institucional". As declarações impulsionaram a elaboração de estratégias para garantir sua fuga caso seus planos de reverter o resultado eleitoral fracassassem, afirma a PF. Entre elas, foram feitas ações de previsão de ocupar instalações estratégicas como os Palácios do Planalto e Alvorada, transformando esses locais em zonas de proteção militarizada. O documento da PF relata que o plano de fuga, inicialmente elaborado em 2021, foi adaptado ao longo do ano de 2022 e usado na tentativa de golpe de Estado. Sem o apoio necessário das Forças Armadas para impedir a posse do governo eleito, Bolsonaro deixou o Brasil no dia 30 de dezembro de 2022, dois dias antes do término de seu mandato.

Conforme os investigadores, a saída para os Estados Unidos tinha como objetivo evitar que o ex-presidente acompanhasse a distância os desdobramentos dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Mensagens recuperadas pela PF indicam que aliados do ex-presidente continuaram mobilizados até janeiro de 2023, mesmo após a posse de Lula, para conseguir a adesão do Exército ao plano de golpe. A investigação afirma que o ex-presidente tinha "conhecimento e anuência" sobre a produção e disseminação de uma carta com teor golpista assinada por oficiais do Exército "uma estratégia para incitar os militares e pressionar o Comando do Exército a aderir a um golpe de Estado".

É citado um diálogo entre o tenente-coronel do Exército Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros e o tenente-coronel Mauro Cid. Na troca de ordens de Bolsonaro, no dia 26 de novembro de 2022, quando os militares ainda ajustavam o teor e a redação da carta, Cid diz à esposa, "o saco disse", questionou Cavaliere. "'Saba'", respondeu Mauro Cid.

Segundo a PF, os militares, com formação em Forças Especiais do Exército, tentaram convencer o comandante do Exército, general Freire Gomes e o Alto Comando, a aderirem ao golpe de Estado". ■

Defesa não se manifesta

Procurado por meio de sua defesa, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não havia se manifestado após a divulgação do relatório. Antes, Bolsonaro havia dito que "todas as medidas possíveis dentro das quatro linhas" para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, mas que, depois do "motim", teve discussão de golpe". ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 8 e 9

Copyright © Clipclap 2025.